

RELAÇÕES DE GÊNERO NO ASSENTAMENTO RURAL SUL BONITO, ITAQUIRAÍ-MS: O QUE MUDOU?

Marisa de Fátima Lomba de Farias
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

A dominação masculina está suficiente assegurada para precisar de justificação: ela pode se contentar em ser e em se dizer nas práticas e discursos que enunciam o ser como se fosse uma evidência, concorrendo assim para fazê-lo ser de acordo com o que diz. A visão dominante da divisão sexual exprime-se nos discursos tais como os ditados, os provérbios, os enigmas, os cantos, os poemas ou nas representações gráficas tais como as decorações murais, os motivos das cerâmicas ou dos tecidos. Mas ela exprime igualmente bem nos objetos técnicos ou nas práticas: por exemplo na estrutura do espaço, e em particular nas divisões interiores da casa ou na oposição entre a casa e o campo, ou ainda na organização do tempo, da jornada ou do ano agrário, e, mais amplamente, em todas as práticas, quase sempre ao mesmo tempo técnicas e rituais, e muito especialmente nas técnicas do corpo, posturas, maneiras, porte. ¹

Neste artigo², registramos algumas impressões referentes à pesquisa realizada no assentamento Sul Bonito³, no município de Itaquiraí-MS. Nossos estudos foram desenvolvidos entre os anos de 1997 a 2001. Por meio das reflexões teóricas e das observações empíricas procuramos entender o contexto social do assentamento, considerando-o um jogo de relações na formação e/ou reestruturação dos projetos familiares. Estes passam por diversas etapas, ora de continuidade, ora de descontinuidade, nos quais a ambigüidade é fator de destaque na longa trajetória de andanças daquelas famílias, migradas do campo para a cidade e que ao campo desejaram retornar.

O contato com as famílias e com a realidade do assentamento nos mostrou um espaço social conflituoso e, principalmente, rico em aspectos que poderiam nos levar a uma reflexão profunda de diversas dimensões culturais, políticas, sociais e econômicas, objetivando entender melhor os projetos familiares e, mais ainda, as alternativas de reconstrução ou fortalecimento de experiências acumuladas na vida de cada um dos sujeitos.

Com tal objetivo lançamos mão de metodologias qualitativas e quantitativas, procurando uma interação dialética entre ambas opções. Em alguns momentos usamos formulários, para delinear o perfil das famílias, níveis de produção e mecanização, em outros, realizamos entrevistas, deixando fluir a memória dos homens e mulheres, além da observação, que nos permitiu ver certos elementos outrora ocultos e nem sempre apresentados nos depoimentos. Documentos e fotografias também foram utilizados.

A família foi, neste trabalho, o elemento central de toda a análise, uma vez que, em geral, possui uma identidade que é anterior ao assentamento e que confere especificidades e particularidades às estratégias de reprodução de seus membros, mantendo tradições e/ou renovando as relações sociais. Desse modo, procuramos a partir dela, entender a vida-travessia que articula a experiência com a busca por melhorias no modo de vida, tentando superar as contingências surgidas ao longo da caminhada pela posse da terra, com uma imbricação concreta dos tempos passado, presente e futuro.

Para entender as formas de relacionamentos intra e interfamiliares, procuramos refletir as relações de gênero que permeiam as redes sociais no assentamento. O conceito de gênero foi formulado de acordo com as reflexões de Saffioti.⁴ O uso de tal conceito e a própria análise das relações homem/mulher parece-nos indispensável para entendermos o Assentamento Sul Bonito, dada à posição que as famílias possuem naquela realidade social e histórica.

Assim, o gênero é uma categoria de análise histórico-cultural, mas também biológico-natural que corresponde à diferença entre o masculino e o feminino⁵. Por isso, existe a necessidade dos trabalhos sobre histórias de mulheres e sobre as relações de gênero atentarem para as diversas formas/estruturas/funções que as relações de gênero assumem em cada período da história da humanidade. Na formação econômica e social brasileira, há que se considerar a presença marcante e determinante do patriarcado⁶.

O patriarcado constitui-se em um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, com uma organização cultural e histórica baseada na solidariedade masculina, o que lhe concede força, poder e alimenta sua existência, alicerçado no controle das vontades, dos interesses e no medo que perpassa gerações e gerações, por séculos e séculos. Tal forma de relação de gênero é considerada a mais extensa e a mais antiga relação de dominação humana, possuindo enorme capacidade de variação e de adaptação aos diversos modos de vida social, tendo em vista que esse sistema de dominação/controla aprimora-se diante das transformações nas relações sociais e de gênero, mostrando uma vitalidade que contribui para sua própria legitimidade e naturalização. Além disso, apresenta também maiores e menores graus de intensidade de acordo com a cultura dos grupos. Estes, por sua vez, no conjunto da vida social, exprimem redes relacionais de domínio/exploração/opressão que extrapolam o âmbito das relações de gênero, mas que delas necessitam em sua conformação geral, uma vez que elas se espraiam por toda a sociedade, desde os núcleos sociais menores, como a família, até as instituições maiores, como o Estado.

Desse modo, a união entre um homem e uma mulher, o casamento, dá início à existência familiar, pois o marido e a esposa são anteriores à existência das figuras do pai e da mãe, ou melhor, o contrato de união (o casamento) entre o homem e a mulher é a gênese da família e é sobre essa relação contratual que se constitui o patriarcado; os filhos são posteriores e darão ao

casal o direito de paternidade. Portanto, o patriarcado não se alicerça, como muitos teóricos consideram, na relação paternal, negligenciando os estudos de gênero. Mais ainda, esse sistema de dominação está configurado de modo abrangente nas relações sociais, com uma estrutura fortemente organizada em torno da supremacia de um pretense direito sexual masculino sobre o feminino. Portanto, trata-se de um contrato desigual que dá ao homem o direito à exploração/dominação, por meio da diferença do sexo, que é demarcado pelos poderes masculinos, estabelecido e organizado nos mais variados organismos sociais e não somente na família, mas também no Estado, na religião e na cultura de um modo geral.

Podemos dizer então que o casamento é um subcontrato, derivado do pacto masculino que impõe o controle sexual sobre as mulheres, estabelecendo o poder do homem. Esse pacto penetrou em todas as esferas da sociedade civil e do Estado, mantendo-se nas instituições e nas leis que geram a reprodução das relações sociais.

No assentamento, família e terra estão imbricadas, uma vez que constituem dois elementos fundamentais da vida-travessia. A reprodução da família pressupõe a permanência na terra, estando ambas integradas e originando padrões de ações diárias, estratégias de economia natural e capacidade de resistência às crises sociais e econômicas, bem como estão perpassadas pelos valores de solidariedade, que é um sentimento essencial entre os assentados. Com o contrato oficial e religioso entre homem e mulher⁷, a própria unidade doméstica é reforçada simbolicamente. Sua coesão é sempre procurada e valorizada como fator indispensável para vida em sociedade, o que fortalece a autoridade e o prestígio da família diante de si mesma e da comunidade, ao mesmo tempo em que reproduz antigas relações sociais de dominação/exploração/opressão.

Bem sabemos que além de existir na família sentimentos de reciprocidade e de solidariedade que mantêm fortes vínculos entre seus membros, existem também relações antagônicas, “num entrejogo de paixões construtivas e destrutivas”⁸ permeadas por um processo de construção da autonomia, mas que também impedem o seu surgimento. Estamos novamente diante da ambigüidade que caracteriza o vivido social no Sul Bonito. Por um lado, a reprodução de relações que designamos como próprias do patriarcado e, por outro, iniciativas que permitem vislumbrarmos possibilidades futuras de alterações nas relações de gênero, mudando constantemente essas relações por meio da ação de resistência e de rebeldia prática e simbólica das mulheres.

No dia-a-dia do assentamento, marcado pela ambigüidade nas relações, há o entrelaçamento e a combinação da família e da terra, o que origina a especificidade do trabalho. Observamos traços que caracterizam a vida diária dos sujeitos sociais num processo de resistência e de reconstrução de modos de vida. Eles são marcados por referências e raciocínios peculiares à família e ao grupo social maior, adequando-se de acordo com as necessidades e a realidade de preços, de lucros, da organização das etapas e da divisão do trabalho entre os membros da família.

Nesta perspectiva, a união entre homem e mulher compõe um cenário de relações familiares que se combinam e/ou se fortalecem com o trabalho na terra, que apresenta a característica de um “processo de trabalho como construtor de gênero”⁹, em espaços diferenciados para o homem e para a mulher, um espaço social “fortemente recortado pela diferenciação de gênero”¹⁰, ou seja, pela divisão social e sexual do trabalho. Para o homem está reservado o espaço externo a casa, o espaço *fora*. E para a mulher, o espaço *dentro*.¹¹.

Em nossa reflexão, emprestamos os termos referidos para aludirmos ao espaço masculino que, neste caso, já foi humanizado pelo trabalho. É o espaço masculino, uma vez que é o lugar onde o homem exerce sua soberania por meio do seu saber-fazer que orienta todo o processo produtivo e de controle social sobre a família. Trata-se do *espaço fora* da casa, que começa na roça e se amplia para além dos domínios territoriais do assentamento, os “espaços produtivos externos”¹² e de comercialização, onde relações mais amplas são tecidas. Está em oposição ao *espaço dentro*, o espaço da casa, da intimidade, do resguardo.

Quanto ao *espaço dentro*, nós o entendemos como o da casa e de seus arredores mais próximos, com base nas considerações de Martins¹³, como um desdobramento da intimidade das famílias, que se alicerça no espaço interno da casa. Esse espaço é responsável por resguardar o dia-a-dia e as relações entre as pessoas, onde é possível viver as próprias contradições, as inseguranças, as incertezas, as insatisfações geradas pelas privações, mas também as celebrações de alegria, sem que as relações mais amplas e comunitárias interfiram diretamente nas manifestações da vida.

Assim, para a mulher, o espaço reservado é o da intimidade, da casa e de seus arredores, do universo familiar. Ele corporifica o sentido da maternidade, que é a essência da construção da identidade feminina¹⁴. Fica sob a responsabilidade da mulher o controle da casa, enquanto espaço de intimidade da reprodução familiar; por isso ela cuida do dia-a-dia, do almoço, das crianças, das roupas, das louças. Ela executa tarefas que organizam a casa e conseqüentemente trazem conforto a todos os membros da família, principalmente ao homem, que se acomoda e desfruta do prazer de encontrar a esposa sempre disposta para suas “obrigações”. Dessa forma, a mulher corresponde à ética do cuidado, alicerce de sua sociabilidade, uma vez que incorporou o sentimento de se eximir dos anseios, das necessidades, das vontades próprias, em favor de um outro, seja ele o filho ou o marido, seja ele qualquer pessoa que precise de atenção, reforçando a efetivação de seu destino de gênero¹⁵ e colocando-se em situação propícia ao domínio patriarcal, estando fragilizada diante de diversas situações em que não consegue dizer não. Dentre essas situações, podemos destacar o âmbito da sexualidade.

Assim, chegamos a um ponto em que a ambigüidade aflora: ao mesmo tempo em que a mulher participa, lhe é negado o estatuto de trabalhadora, mesmo que atue nos espaços *dentro* e *fora*, aparecendo sua atividade subentendida como “ajuda”¹⁶; a responsabilidade, principalmente no

âmbito decisório, fica com o outro, ou seja, o trabalho feminino não é considerado enquanto tal. O trabalho produtor de riqueza e responsável, em última instância, pela reprodução e pela manutenção da família e do projeto familiar, pertence ao homem. Assim, por meio de uma representação masculina da noção de trabalho, oculta-se a presença decisiva do ente feminino, o que confere as condições ideológicas para a manutenção do poder patriarcal, sendo que, prevalece sob o domínio masculino, uma situação de controle sobre o âmbito decisório da vida familiar, pois se mantém uma circularidade de concepções que envolvem a internalização e a massificação dos papéis diferenciados para o homem e para a mulher.

Por outro lado, a mulher vive as dificuldades de conciliação de sua identidade de mãe e de dona de casa e da ampliação desse espaço, com a possibilidade de desenvolver atividades fora do âmbito familiar, além da dificuldade de assimilar a possível transformação advinda de um novo processo de socialização e romper com a ideologização de sua identidade de mulher, ela é “atormentada” por um sentimento ambíguo, de desejar a realização pessoal ao mesmo tempo em que sofre com a ausência prolongada da casa e de suas tarefas, com a distância dos filhos e do marido, pois ao mesmo tempo em que deseja realizar o trabalho na lavoura, não quer ou não pode deixar suas responsabilidades de casa. Portanto, no momento da escolha, a casa e os filhos ainda definem sua atitude, considerando que ela já internalizou as definições dos diferentes papéis e responsabilidades para o homem e para a mulher surgidos, de construções socioculturais, fato que reforça mais uma vez nossa avaliação de que as mulheres continuam submetidas à vontade do outro, sujeitas às relações assimétricas e desiguais.

Assim, articulada a essa divisão sexual dos papéis sociais e de trabalho, é pequena a participação política das mulheres no Assentamento Sul Bonito, pois são poucas as que participam em cargos/funções de liderança nos processos que envolvem decisões sobre todos os ângulos da organização do assentamento¹⁷.

Novamente podemos nos reportar ao patriarcado, alicerçado e ganhando sobrevida na divisão social do trabalho, aqui claramente representada na separação entre o espaço da casa (*espaço dentro*), de atuação feminina, e o espaço da roça, de produção (*espaço fora*), de atuação masculina, principalmente no que diz respeito à esfera de decisão e de valorização do trabalho, impedindo, muitas vezes, a formação de opiniões diferenciadas, bloqueando a possibilidade de se criarem espaços nos quais as mulheres possam discutir seus problemas e possam gestar, com seus maridos, outros homens e outras mulheres, relações menos assimétricas. Mais ainda, isto interfere em seu reconhecimento como co-participantes da construção da vida no assentamento.

Embora identifiquemos na mulher o desejo de ver seu trabalho – tanto na casa quanto na lavoura – reconhecido, este não é valorizado. Na divisão sexual do trabalho estabelecida, as atividades ligadas à produção são consideradas mais importantes, tidas como responsáveis diretas

pela reprodução social e econômica da família, como se somente tais atividades expressassem o trabalho que exige força física. Já o trabalho que envolve o espaço da casa, aos olhos do marido, dos filhos e do grupo social mais amplo, é invisível, considerando-se que as atividades que o envolve não cansam, não exigem esforço físico.

As mulheres do Sul Bonito, ainda que de forma ambígua, expressam o desejo de mudar sua condição. Mesmo quando manifestam o papel internalizado de seu destino de gênero ligado aos cuidados da casa, dos filhos e do marido, deixam transparecer, às vezes de forma fugaz, à vontade que possuem de ocupar o *espaço fora*, das relações públicas mais amplas, seja no trabalho, seja na vida política do assentamento, onde poderiam, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito dos grupos, assumir uma participação mais efetiva nas decisões, obtendo certo grau de autonomia e de independência pessoal em relação ao marido e à comunidade dos homens¹⁸.

Isto porque no assentamento, o *espaço dentro* e o *espaço fora* estão ao mesmo tempo muito próximos e muito distantes, dadas às especificidades do mundo rural e das relações de gênero. Em determinados lotes, percebemos uma aproximação física entre os dois espaços, mas muito distantes socialmente. No assentamento, a mulher, em certos momentos, exerce atividades na roça, contudo esse trabalho não alcançou o estatuto de trabalhar fora, o que poderia, mesmo que de forma limitada, conferir-lhe “um projeto de participação no mundo, de independência e de realização pessoal...”.¹⁹ Nesse sentido, existe uma contradição que perpassa a vida das mulheres, pois tanto seu trabalho no interior da casa quanto aquele exercido na roça, não são quantificáveis, a ambos não são conferidos “valor médio, socialmente determinado”.²⁰

Em conseqüência, o trabalho aparece como “ajuda”, tanto para o homem quanto para a mulher. Ela, mesmo sabendo da importância de seu trabalho enquanto criação que se estende desde a casa até a roça, não consegue estabelecer esse entendimento na práxis, o que poderia promover uma mudança mais rápida nas relações de gênero; a mulher acaba permanecendo no campo da subjetividade, em uma forma bastante ambígua. Porém, gradativamente colabora para uma resistência velada, simbólica. Trata-se, outrossim, segundo²¹, de “técnicas de sabotagem”, que pouco a pouco vão minando o poder do marido; “a vítima não é passiva” e cria cotidianamente alternativas para romper com a dominação-exploração a que está sujeita.

No assentamento, a mulher vive uma dominação de gênero arraigada. Em certas situações, a compreensão da questão é muito limitada. A mulher é, de certa forma, castrada do prazer, vivendo sob o olhar cuidadoso do marido, predominando a “ideologia da maternagem”. Na realidade, ela deseja participar da vida em suas variadas dimensões, decidindo também acerca dos rumos do projeto familiar, que contempla o circuito da produção e da vida social mais ampla. E esse desejo é alimentado dia após dia e aflora também como forma de resistência simbólica nas mais variadas situações.

É preciso reforçar que em vários momentos do futuro projetado pela imaginação feminina, as mulheres almejam um lugar de maior liberdade e maior solidariedade com os homens, contrapondo-se ao imaginário herdado de uma socialização fundada na ética do cuidado familiar. Tal imaginação aflora, muitas vezes, de maneira pouco racionalizada conscientemente. N'outras vezes, ela não se expõe, exigindo modificações, resistindo e acomodando-se, em um jogo de intenções sociais que está longe de ser linear e definitivo.

Referências Bibliográficas

- ¹ BOURDIEU, Pierre. A dominação Masculina. In.: **Revista Educação e Realidade**. v. 20, n.2, jul/dez. 1995. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.137.
- ² Estamos abordando um dos aspectos da tese de doutorado, defendida por mim no ano de 2002, intitulada: Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra, sob a orientação da professora Maria Aparecida de Moraes Silva, na UNESP – Araraquara-SP.
- ³ O assentamento estudado é constituído por 422 lotes, em uma área de cerca de 6.374 ha. A nossa pesquisa está circunscrita às famílias lideradas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que compõem um grupo de 107 famílias. São tais famílias que fazem parte de nosso circuito de pesquisa e que estão organizadas em 12 grupos de vizinhos e se subdividem em: um grupo coletivo, três grupos semicoletivos e oito grupos de núcleo familiar.
- ⁴ Cf. SAFFIOTI, Heleith. **A mulher e a sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- _____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- _____. Rearticulando gênero e classe. In.: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- _____. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995, Gênero e Patriarcado, 2002 (mimeografado).
- ⁵ Cf. SAFFIOTI, 2002. A autora avalia que o conceito de gênero pode ser mal empregado se o analista o utilizar por um viés exclusivamente biológico-naturalista, o que acabaria propiciando definições preconceituosas e ideológicas.
- ⁶ Cf. SAFFIOTI, 2002.
- ⁷ Sabemos que muitos assentados nunca se casaram “de papel passado na Igreja e no cartório”. Porém, este é um desejo expressado em diversos depoimentos femininos.
- ⁸ SAFFIOTI, 1995, p.179.
- ⁹ WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p.67.
- ¹⁰ SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996, p.75.
- ¹¹ Tomamos como referências as concepções *espaço dentro* e *espaço fora* tendo em vista as leituras de WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p.37, porém inserindo algumas reconstruções. Em seus estudos, os autores observaram grupos de sítiantes e utilizaram tais concepções para analisar os espaços de intervenção do homem e da mulher. Em suas análises, o *espaço fora* designa o lugar do mato, “um espaço não dominado pelo trabalho”, que está “fora do domínio humano”.
- ¹² WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p.37.
- ¹³ MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In.: NOVAIS, Fernando A (Coordenador-geral da coleção); SCHWARCZ, Lilia Mortiz (Organizadora do volume). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.
- ¹⁴ Cf. MARTINS, 1998a, p. 75, o sentido do espaço da intimidade e em MENEGAT, Alzira Salette. **As novas-velhas inserções de trabalho nos Assentamentos Rurais: a situação das mulheres camponesas**. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba – UFPA. Paraíba, a identidade feminina e o trabalho das mulheres no assentamento Taquaral em Corumbá-MS.
- ¹⁵ SAFFIOTI, 1995, p.12-5.
- ¹⁶ MENEGAT, 1998.
- ¹⁷ Nos 12 grupos que compõem a organização desse assentamento, apenas uma mulher é coordenadora e outra vice-coordenadora, sendo que ambas são de idades mais avançadas e seus filhos são adultos. Não há mulheres do grupo coletivo participando de instâncias deliberativas no assentamento; elas não vão às reuniões gerais, ficando restritas ao espaço do coletivo, prevalecendo uma situação de inibição, fortalecida pela própria organização do grupo e pelo MST, que não cria canais de inserção feminina, ficando a preocupação com a questão feminina apenas nos discursos.
- ¹⁸ Encontramos algumas situações peculiares. Trata-se daquelas mulheres que são titulares dos lotes. Dizemos peculiares, porque isso ocorre com mais frequência quando os maridos apresentam alguma impossibilidade diante dos critérios de cadastramento do Incra, ou seja, casos em que o nome do homem está registrado no SPC ou SERASA. Existem ainda mulheres viúvas ou separadas, que também são titulares de lotes.
- ¹⁹ MASSI, Marina. **A vida de mulheres: cotidiano e imaginário**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992, p.42.
- ²⁰ MASSI, 1992, p.44.
- ²¹ SAFFIOTI, 2002.